



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**263<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**Ata da ordem do dia 11 e 12 de abril de 2018**

**Brasília – DF**

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

#### **Ata da 263ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF

**Data:** 11 e 12/04/2018

1 Aos onze e doze dias do mês de abril de dois mil e dezoito teve início a 263ª Reunião Ordinária do  
2 Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular Maíra  
3 Leilane Oliveira Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e  
4 Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assistência Social – FONSEAS.  
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Rosângela  
6 Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e  
7 Titular Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA;  
8 Conselheira Titular Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Representante da Organização Nacional de  
9 Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF; Conselheira Titular Luziana Carvalho de  
10 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional  
11 – COFFITO; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação  
12 Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS; Conselheiro Suplente Samuel  
13 Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua; Conselheiro Suplente Leovane  
14 Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheira Suplente Elisa  
15 Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali; Conselheiro Suplente Josenir  
16 Teixeira, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/DF;  
17 Conselheira Suplente Tathiane Aquino Araújo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans  
18 no Brasil – REDE TRANS/SE; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante  
19 da Capemisa Instituto de Ação Social; Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da  
20 Inspeção São João Bosco - Salesianos; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do  
21 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro,  
22 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI;  
23 Conselheira Suplente Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do

24 Desenvolvimento – MDS; Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante do  
25 Ministério do Desenvolvimento Social - MDS; Conselheira Suplente Laís Maranhão Santos  
26 Mendonça, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Titular  
27 Clodoaldo José Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro  
28 Titular Allan Camello Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;  
29 Conselheira Titular Maria do Carmo Brant de Carvalho, Representante do Ministério do  
30 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Marília Vilardi Mazeto, Representante do  
31 Ministério do Desenvolvimento Social - MDS; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto  
32 Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE;  
33 Conselheira Suplente Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar;  
34 Conselheira Titular Mariana de Souza Machado Neris, Representante do Ministério do  
35 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Clátia Regina Vieira, Representante da  
36 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas –  
37 FENATIBREF. **ABERTURA 11/04/2018:** A Conselheira Maíra Leilane Oliveira Almeida,  
38 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante do Fórum  
39 Nacional dos Secretários de Estado de Assistência Social – FONSEAS, iniciou a reunião  
40 cumprimentou a todos e passou a palavra a Vice-Presidente para a sua saudação. A Conselheira  
41 Rosângela Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social -  
42 CNAS e Titular Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social –  
43 FNUSUAS/PA, cumprimentou a todos e desejou que essa reunião seja profícua para contribuir com  
44 o fortalecimento do controle social das políticas públicas. A Presidente Maíra Leilane Oliveira  
45 Almeida solicitou que a Secretária Executiva do CNAS realizasse a verificação do quórum.  
46 Verificado o quórum, a Presidente Maíra Leilane Oliveira Almeida colocou a Ata da 262ª Reunião  
47 Ordinária do CNAS para aprovação dos conselheiros e não havendo nenhuma manifestação, a Ata  
48 da 262ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovado por unanimidade. A Vice-Presidente Rosângela  
49 Maria Soares dos Santos informou que a pauta é composta pelos seguintes itens: Dia 11/04: 09h00  
50 às 09h30 – Aprovação da Ata da 262ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 263ª Reunião  
51 Ordinária do CNAS; 09h30 às 10h00 – Informes da Presidência/Secretária Executiva, MDS,  
52 FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 10h00 às 11h00 – Relato da Comissão Eleitoral  
53 – Gestão 2018/2020; das 11h00 às 12h00 – Relato da Comissão de Monitoramento das  
54 Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social; das 14h00 às 15h30 –

55 Apresentação dos resultados do acompanhamento do Pacto de Aprimoramento Estadual do SUAS  
56 2016/2019; das 15h30 às 16h30 – Apresentação do Documento que compatibilizou as metas do  
57 Objetivo do Desenvolvimento Sustentável – ODS do PPA; das 16h30 às 18h00 – Apresentação do  
58 Plano de Ação Emergencial de Atendimento aos Imigrantes Venezuelanos nos Estados de  
59 Fronteiras e a Interiorização. Dia 12/04: das 09h00 às 10h00 – Relato da Presidência Ampliada; das  
60 10h00 às 11h00 – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das  
61 11h00 às 12h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
62 Renda da Assistência Social; das 14h00 às 15h30 – Relato da Comissão de Normas da Assistência  
63 Social; das 15h30 às 16h30 - Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 16h30 às  
64 18h00 – Relato da Comissão Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, seguido do  
65 relato da Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e da Comissão de  
66 Financiamento e Orçamento da Assistência Social. A Presidente Maíra Leilane Oliveira Almeida  
67 informou que foi solicitada, na Reunião da Presidência Ampliada, a inserção do relato da Reunião  
68 Conjunta da Comissão de Política e da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
69 Social realizada no dia 11 de abril, juntamente com o relato da Reunião da Comissão de  
70 Financiamento e Orçamento da Assistência Social. A Conselheira Edna Aparecida Alegro,  
71 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI,  
72 comunicou que também foi solicitado, na Reunião da Presidência Ampliada, a realização do relato  
73 da Reunião da Comissão de Normas às 11h00 do dia 12 de abril. Não havendo mais nenhum  
74 comentário, a pauta da 263ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada. Seguindo para os informes  
75 da Presidência/Secretaria Executiva, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Secretária  
76 Executiva do CNAS, informou que justificaram as ausências: Conselheira Marisa Rodrigues nesta  
77 reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; Conselheira Caroline Miranda, nessa  
78 reunião ordinária, devido a férias; a Conselheira Cleonice Caetano Souza, nesta reunião ordinária,  
79 devido a problemas de saúde; a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris, nesta reunião  
80 ordinária; a Conselheira Marília Paiva de Carvalho, nesta reunião ordinária, devido a problemas de  
81 saúde. Convocações e Participações: A Conselheira Silvia Regina Ramires e o Conselheiro  
82 Clodoaldo José Oliva Muchinski foram convocados e as Conselheiras Estaduais Margarida  
83 Ravenna e Karla Rosângela de Araújo foram convidadas para a Reunião da Subcomissão de  
84 Recursos da Comissão Eleitoral, nos dias 27 e 28 de março, em Brasília/DF; A Conselheira Mariana  
85 de Souza Machado Neris foi convocada para participar de debate propositivo a respeito das

86 irregularidades na escola Vila das Crianças, no dia 20 de março, em Brasília/DF; Os Conselheiros  
87 Nacionais, que integram a Comissão Eleitoral, foram convocados para reunião no dia 09 e 10 de  
88 abril, em Brasília/DF; Os Conselheiros Nacionais que integram a Comissão de Acompanhamento  
89 de Benefícios e Transferência de Renda da Assistência Social, foram convocados para a reunião no  
90 dia 09 de abril, em Brasília/DF; Os Conselheiros Nacionais que, integram a Comissão de  
91 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, foram  
92 convocados para reunião no dia 09 de abril, em Brasília/DF; Os Conselheiros Titulares e Suplentes  
93 foram convocados para 263ª Reunião Ordinária do CNAS no período de 10 a 12 de abril, em  
94 Brasília/DF; O Conselheiro Leovane Gregório foi convocado para a Reunião da CIT no dia 21  
95 março, em Brasília; A Conselheira Silvia Regina Ramires foi convocada para representar o CNAS  
96 na reunião do Fórum Nacional de Aprendizagem – FNSP, no dia 03 de abril, em Brasília/DF; A  
97 Conselheira Maria José Vasconcelos, foi convocada para representar o CNAS no 40º Encontro do  
98 FONACEAS, nos dias 03 e 04 de abril, em Aracaju/SE; A Conselheira Elisa Maciel Costa foi  
99 convocada para participar da Reunião da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde nos Ciclos de  
100 Vida, no dia 02 de abril, em Brasília/DF. Conselheiros convocados para representar o CNAS no  
101 Encontro do CONGEMAS: Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos - Encontro Regional  
102 Sul, nos dias 04, 05 e 06 de abril, em Joinville/SC, Encontro Regional Nordeste, nos dias 12 e 13 de  
103 abril, em Maceió/AL e no Encontro Regional Norte, nos dias 10 e 11 de maio, em Manaus/AM;  
104 Conselheiro Carlos Nambu, Encontro Regional Centro Oeste, nos dias 29 e 30 de maio, no Mato  
105 Grosso. Conselheiros convocados para participar das Reuniões Regionais do CNAS com os CEAS e  
106 CAS/DF: Reunião Regional Centro-Oeste: Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque  
107 Maranhão e Conselheira Marília Vilardi Mazeto, nos dias 18 e 19 de abril em Brasília/DF; Reunião  
108 Regional Norte: Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Conselheira Marília Vilardi  
109 Mazeto e Conselheiro Carlos Nambu, nos dias 25 e 26 de abril em Palmas/TO; Reunião Regional  
110 Nordeste – Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos; Conselheiro Leovane Gregório e  
111 Conselheira Caroline Miranda, nos dias 25 e 26 de abril, em Salvador/BA; Reunião Regional  
112 Sul/Sudeste – Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos e Conselheira Marília Vilardi  
113 Mazeto. Participações da Presidente: 40º Encontro do FONACEAS, dias 03 e 04 de abril em  
114 Aracaju/SE; Reunião Regional Centro Oeste, dias 18 e 19 de abril em Brasília/DF, Reunião  
115 Regional Sul/Sudeste, dias 03 e 04 de maio em Vitória/ES. *E-mails* enviados aos Conselheiros do  
116 CNAS: Moção de repúdio aprovada na Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF;

117 Curso MROSC – EAD – encaminhado pela Conselheira Silvia Regina Ramires; Balanço da  
118 Estruturação da Rede de Proteção Social Básica e Especial; Encontro para qualificar Conselhos será  
119 realizado em Brasília/DF; Calendário de Reuniões do CNAS/2018 com alterações das datas dos  
120 Encontros Regionais; Pauta da 263ª Reunião Ordinária do CNAS; Ata e degravação da 262ª  
121 Reunião Ordinária do CNAS. Resoluções, Decretos, Leis e Portaria publicadas no DOU: Portaria nº  
122 37, de 16 de março de 2018 – DOU 19/03/2018 – Seção 1 – Página 82, que institui os indicadores  
123 Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do Sistema Único da Assistência Social, sob a  
124 responsabilidade da Vigilância Socioassistencial em âmbito federal; Portaria nº 1.324, de 27 de  
125 março de 2018, DOU 28/03/2018 – Seção 1 – Página 158, que dispõe sobre a prestação de apoio  
126 financeiro pelo Ministério do Desenvolvimento Social aos entes federativos que recebem o Fundo  
127 de Participação dos Municípios – Exercício 2018; Portaria nº 867, de 22 de março de 2018, DOU  
128 28/03/2018 – Seção 1 – Página 158, republicada por ter saído no DOU nº 58 26/03/2018 – Seção 1  
129 – Página 84 com incorreção no original que altera a Portaria nº 36, de 25 de abril de 2014 e a  
130 Portaria nº 113, de 10 de dezembro de 2015 do MDS, que dá outras providências; Portaria nº 956,  
131 de 22 de março de 2018, DOU 26/03/2018 – Seção 1 – Página 183, que dispõe acerca do Programa  
132 Criança Feliz no âmbito do MDS; Portaria nº 958, de 22 de março de 2018, DOU 26/03/2018 –  
133 Seção 1 – Página 184, que aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa Criança  
134 Feliz; Portaria nº 967, de 22 de março de 2018, DOU 26/03/2018 – Seção 1 – Página 184, que altera  
135 a Portaria nº 36 de 25 de abril de 2014 e a Portaria nº 113 de 10 de dezembro do MDS; Resolução  
136 nº 04, de 14 de março de 2018, DOU 16/03/2018 – Seção 1 – Página 101, que dispõe sobre a  
137 aprovação do Relatório Final de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de  
138 Assistência Social – FNAS – Exercício 2017; Ata da Reunião da Subcomissão de  
139 Habilitação/Eleição da Sociedade Civil no CNAS – Gestão 2018/2020, DOU 16/03/2018 – Seção 1  
140 – Página 111 - A análise dos julgamentos dos pedidos de habilitação dos eleitores e  
141 eleitores/candidatos para o processo eleitoral para representação da Sociedade Civil – Gestão  
142 2018/2020 do CNAS dos representantes de organizações de usuários, das entidades e organizações  
143 de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS; Decreto de 09 de  
144 abril de 2018, DOU 10/04/2018 – Seção 3 – Página 01, nomeação do Ministro do Desenvolvimento  
145 Social, Alberto Beltrame. CNAS Informa: Conheça as instituições e organizações habilitadas para o  
146 processo eleitoral da Sociedade Civil; Conselho Nacional de Assistência Social elege nova  
147 Presidente; Conheça as instituições e organizações habilitadas para o processo; Fundo Nacional de

148 Assistência Social realiza encontro para qualificar conselhos; Reuniões Regionais do CNAS com os  
149 CEAS e o CAS/DF se iniciam em abril; Confira a pauta da 263ª Reunião Ordinária do CNAS.  
150 Audiências: Audiência com os Representantes da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Datas  
151 Comemorativas: dia 02/04 – Dia Mundial da Consciência do Autismo; Dia 17/04 – Dia  
152 Internacional de Luta dos Trabalhadores do Campo; Dia 19/04 – Dia do Índio; Dia 21/04 –  
153 Tiradentes. Conselheiros aniversariantes do mês de abril: dia 26 – Conselheira Cleonice Caetano  
154 Souza. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos ponderou que a Conselheira Maíra  
155 Leilane Oliveira Almeida representará o CNAS no Encontro Regional Centro Oeste do  
156 CONGEMAS ao invés do Conselheiro Carlos Nambu e informou que encaminhou um *e-mail*  
157 justificando a sua ausência no segundo dia dessa reunião, tendo em vista que participará do  
158 Encontro do CONGEMAS em Maceió. A Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da  
159 Associação Mayle Sara Kali, informou que no dia 08 de abril é comemorado o Dia Internacional do  
160 Povo Rom e a Presidente Maíra Leilane Oliveira Almeida justificou a ausência da Conselheira  
161 Elcimara Rangel Loureiro Alício. Iniciando os informes do FONSEAS, discorreu que foi realizada  
162 uma reunião ordinária em março, em que foi eleita a nova mesa diretora. Acrescentou que a eleição  
163 dos novos membros das regionais acontecerá na reunião do dia 17 de abril. Seguindo para os  
164 informes do MDS, a Conselheira Maria do Carmo Brant de Carvalho, Representante do Ministério  
165 do Desenvolvimento Social – MDS, informou que foi realizada uma missão em Eirunepé/AM em  
166 duas grandes comunidades indígenas, destacando que ficou muito claro que as comunidades  
167 indígenas são absolutamente abandonadas pelas políticas públicas. Sugeriu que fosse realizada  
168 alguma aproximação com a FUNAI, para que haja projetos densos e comprometidos com as  
169 comunidades indígenas. O Conselheiro Allan Camello Silva, Representante do Ministério do  
170 Desenvolvimento Social - MDS, explanou que realizará os informes do Departamento de Proteção  
171 Social Especial, uma vez que a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris justificou a sua  
172 ausência. Comunicou que a Lei nº 13.431/2017 entrou em vigor em abril e traz como desafio a  
173 integração entre o SUAS com as demais políticas públicas do sistema de garantia de direitos,  
174 destacando que a mesma institui sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas  
175 ou testemunhas de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência e estabelece  
176 medidas de assistência e proteção a criança e ao adolescente em situação de violência. Acrescentou  
177 que a SNAS está dando continuidade ao apoio técnico/financeiro para implementação dos serviços  
178 de Proteção Social Especial para pessoas com deficiências e idosos e suas famílias e unidades de

179 Centro Dia, para crianças de zero a seis anos com microcefalia ou deficiências associadas e suas  
180 famílias, conforme Resolução CIT nº 04/2017 e Resolução CNAS nº 04/2017. Discorreu que, até o  
181 momento, sete municípios já demonstraram a implantação de unidades de Centro Dia, sendo eles:  
182 Campina Grande, Salvador, São Luis do Maranhão, Campo Grande, Arapiraca, Teresina e Cuiabá.  
183 A Conselheira Maria do Carmo Brant de Carvalho acrescentou que receberam um relatório de um  
184 estudo realizado recentemente junto às unidades de acolhimento de pessoas com deficiência, que  
185 mostra que existe muita precariedade nessas unidades e compreendeu que precisam criar novas  
186 políticas de acolhimento sem que haja o confinamento. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça,  
187 Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF,  
188 cumprimentou a todos e externou que existe uma preocupação sobre os locais onde estão sendo  
189 implantados os Centros Dia, uma vez que estão inviabilizados o acesso de algumas famílias. O  
190 Conselheiro Allan Camello Silva retomou os informes discorrendo que será realizado o Encontro  
191 Nacional de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens,  
192 nos dias 24 e 26 de abril em Brasília/DF. A Conselheira Maria do Carmo Brant de Carvalho  
193 complementou que será realizada uma oficina para discutir sobre a gestão no território e a  
194 Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –  
195 MDS, esclareceu que esse evento tem como objetivo avançar na discussão da prevenção e da gestão  
196 territorial e acontecerá nos dias 17 e 18 de maio. Informou que está sendo realizada uma pesquisa  
197 dentro da ação de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF, em que os municípios indicados  
198 pelos estados estão participando, explanando que essa pesquisa deve reverberar em encontros  
199 regionais em junho. A Conselheira Maria do Carmo Brant de Carvalho acrescentou que será  
200 implementado um serviço de convivência para crianças de zero a seis anos nas unidades de  
201 acolhimento de imigrantes venezuelanos na próxima semana, finalizando os informes do MDS. A  
202 Presidente Maíra Leilane Oliveira Almeida ilustrou que participou da reunião com a FUNAI, em  
203 que os indígenas apresentaram muito interesse de participar das composições dos conselhos  
204 municipais e arrazoou que foi orientado que seja realizado um mapeamento dos municípios que  
205 possuem tribos indígenas e realizem contato direto com os conselhos municipais. Com relação à  
206 questão da FUNAI, a Conselheira Elisa Maciel Costa relatou que existe uma insistência da FUNAI  
207 de tutela em relação aos indígenas, salientando que existem várias organizações oficialmente  
208 constituídas sem participação da FUNAI que, de fato, representam os povos indígenas. Sugeriu que  
209 seja elaborado um grupo de trabalho para discutir a questão dos povos e comunidades tradicionais



210 dentro dos atendimentos do SUAS. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos elucidou  
211 que existe um encaminhamento da Reunião da Presidência Ampliada de criação de um grupo de  
212 trabalho e observou receberam um informe sobre o Programa Bolsa Família – PBF referente a  
213 devolução de recursos recebidos indevidamente pelas famílias, salientando que pode acontecer  
214 algumas injustiças às famílias que realmente necessitam dos recursos do PBF. A Conselheira Maria  
215 do Carmo Brant de Carvalho esclareceu que essa questão foi uma determinação do CGU e que, a  
216 SENARC está realizando rastreamento das 346 mil famílias indicadas, entendendo que poderão  
217 encontrar distúrbios no diagnóstico elaborado pela CGU. A Conselheira Luziana Carvalho de  
218 Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional  
219 – COFFITO, cumprimentou a todos e ratificou as explanações realizadas pela Conselheira Elisa  
220 Maciel Costa sobre a população indígena. Solicitou que o Fórum dos Trabalhadores fosse  
221 convidado para participar do Encontro de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para  
222 Crianças, Adolescentes e Jovens, como também o Fórum dos Usuários. A Conselheira Maria José  
223 Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe  
224 – FEUSUAS/SE, notificou que as comunidades indígenas não possuem meios de retirar o benefício  
225 do PBF em suas comunidades e passam o cartão apenas a uma pessoa para retirada desse benefício,  
226 entendendo que o PBF deve ser pensando de formas diferentes nas diversas regiões brasileiras. A  
227 Conselheira Edna Aparecida Alegro entendeu que precisam trabalhar na implantação de residências  
228 inclusivas em todas as cidades e salientou que tem aumentado o nível de violência contra a pessoa  
229 com deficiência, salientando a necessidade de pensar em um grupo de trabalho envolvendo as  
230 entidades, para que seja viabilizada uma melhora do atendimento da pessoa com deficiência. A  
231 Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos questionou quais foram os avanços do trabalho  
232 social com famílias indígenas e a Conselheira Renata Aparecida Ferreira relatou que a Proteção  
233 Social Básica possui, como ação, a criação de uma Coordenação de Ações Complementares na  
234 estrutura do MDS para dar uma atenção maior para a questão dos povos e comunidades tradicionais.  
235 Articulou que existe a necessidade de convergir às políticas e os trabalhadores sociais com a  
236 população indígena e solicitou que, caso seja criado um grupo, convidem representantes da SNAS e  
237 das políticas fundamentais. A Conselheira Elisa Maciel Costa observou sobre a importância de  
238 sujeitos de direitos na composição dos grupos de trabalhos. Seguindo para os informes da CIT, o  
239 Conselheiro Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP,  
240 cumprimentou a todos e informou que a pauta da CIT de março foi muito extensa e intensa, em que

241 foi debatido sobre o Programa Criança Feliz, CREAS e as Medidas Socioeducativas em Meio  
242 Aberto, CapacitaSUAS, Pacto de Aprimoramento do SUAS da Gestão Estadual, educação  
243 financeira, a retomada dos trabalhos das Câmaras Técnicas e foram realizados vários informes por  
244 parte do MDS, CNAS, CONGEMAS e do FONSEAS. Relatou que a reunião foi positiva,  
245 destacando a ação de educação financeira para os beneficiários do PBF e o diagnóstico das Medidas  
246 Socioeducativas em Meio Aberto. Iniciando os informes dos Conselheiros, a Vice-Presidente  
247 Rosângela Maria Soares dos Santos notificou sobre a sua participação no Encontro Regional Sul do  
248 CONGEMAS e a Conselheira Luziana Carvalho Albuquerque Maranhão comunicou que o  
249 FNTSUAS realizou a sua Plenária Nacional, nos dias 07 e 08 de abril, em que foi realizada uma  
250 avaliação dos trabalhos realizados em relação aos trabalhadores. Realizou uma denúncia contra a  
251 Secretaria de Desenvolvimento Social de Valparaíso/GO, que publicou uma seleção simplificada  
252 com várias irregularidades com relação à Resolução CNAS nº 17 e solicitou que o CNAS solicite  
253 esclarecimentos a prefeitura. A Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho discorreu  
254 que foi realizado um encontro do FONACEAS em Sergipe, com a presença de 18 estados,  
255 destacando que observou a necessidade de convidar o FONACEAS para participar da elaboração de  
256 pautas das reuniões com CNAS. A Conselheira Silvia Regina Ramires, Representante da Fundação  
257 Projeto Pescar, informou sobre a sua participação na posse do Conselho Municipal de Assistência  
258 Social de Porto Alegre/RS e no Fórum Nacional de Aprendizagem, em que foi aprovado o Plano  
259 Nacional de Aprendizagem com o foco na socioaprendizagem. O Conselheiro Carlos Nambu,  
260 Representante da Inspeção São João Bosco – Salesianos, lembrou que foi deliberado, na última  
261 Plenária, um agendamento com o Ministro do Planejamento devido à abertura da janela para  
262 recomposição do corte do orçamento, que foi desmarcada. O Conselheiro Leovane Gregório  
263 postulou que os trabalhadores do SUAS do Distrito Federal estão a 40 dias de greve, ilustrando que  
264 não existe nenhuma sinalização do governo local de negociação do retorno do sistema. Sugeriu que  
265 o CNAS elabore uma carta ao governador do Distrito Federal solicitando o início das negociações.  
266 A Conselheira Edna Aparecida Alegro comunicou que participará do Congresso Brasileiro de  
267 Enfretamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, nos dias 14, 15 e 16 de maio, em  
268 Brasília/DF, em que abordarão sobre o tema das crianças e adolescentes com deficiência que estão  
269 completamente vulneráveis nessa situação. Acrescentou que esteve presente em duas audiências  
270 públicas, uma na Câmara Federal e outra no Senado, tratando sobre o fortalecimento das entidades e  
271 dos atendimentos, observando que nas mesmas quase não houve manifestações sobre a assistência

272 social. Entendeu que é importante que o CNAS tenha, em seu Plano de Ação, o acompanhamento  
273 dos projetos de leis que atingem a assistência social. A Conselheira Elisa Maciel Costa relatou que  
274 o Grupo de Trabalho, que trata de crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais do  
275 CONANDA, em que representa o CNAS, iniciou a elaboração dos relatórios e explanou sobre a sua  
276 participação na Reunião da Comissão Intersetorial de Atenção a Saúde do Ciclo de Vidas. A Vice-  
277 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos sugeriu que a agenda com o Ministro do  
278 Planejamento fosse mantida durante essa reunião e a Conselheira Maria Amélia Sasaki,  
279 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, articulou que receberam um  
280 ofício, destinado ao então Ministro Osmar Terra, solicitando que fosse enviado um representante  
281 para participar da audiência do Senado, em que foi aprovado o envio dos dados pela Receita  
282 Federal. A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida informou que também esteve presente no  
283 Encontro do FONACEAS e explanou que foram retirados os seguintes encaminhamentos dos  
284 informes: 01) elaboração de um grupo de trabalho sobre povos e comunidades tradicionais; 02)  
285 elaboração de ofício ao CEAS/RS sobre a situação de Canoas; 03) elaboração de ofício para  
286 esclarecimento da situação de Valparaíso/GO; 04) apresentação estudos referentes às pessoas com  
287 deficiência, para posterior criação de um grupo de trabalho. Seguindo para o relato da Reunião  
288 Ordinária da Comissão de Normas da Assistência Social realizada no dia 10 de abril, a Conselheira  
289 Maria Amélia Sasaki expôs os Conselheiros, convidados, membros da Secretaria Executiva e  
290 ouvintes presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Proposta de  
291 regulamentação das entidades de assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos no âmbito da  
292 Política Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere solicitar a  
293 SNAS que divulgue Nota Técnica sobre as entidades de Assessoramento, Defesa e Garantia de  
294 Direitos e suas ofertas, considerando a Resolução CNAS nº 27/2011, os produtos elaborados pelo  
295 GT Assessoramento, com vistas a esclarecer as peculiaridades para fins de inscrição das entidades  
296 de ADGD, bem como qualificar o reconhecimento dessas organizações no SUAS; 02) A Comissão  
297 propõe a construção de estratégias de socialização e divulgação dos produtos relacionados ao tema  
298 ADGD em conjunto com o CNAS, SNAS e a Rede Nacional da ADGD; 03) A Comissão propõe  
299 agenda conjunta com o FONSEAS e o CONGEMAS para apresentar os avanços e produtos já  
300 elaborados, com a participação da SNAS, do CNAS e da Rede Nacional de ADGD; 04) A  
301 Comissão sugere verificar a possibilidade de realização de oficina ADGD no Encontro Nacional do  
302 CONGEMAS com a participação da SNAS, do CNAS e da Rede Nacional de ADGD. Item II)

303 Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDS e  
304 DGSUAS/MDS das informações sobre as medidas a serem adotadas para o aprimoramento dos  
305 sistemas de informações acerca da participação de organizações da Sociedade Civil no SUAS.  
306 Encaminhamentos: 01) Recomendar a criação do Grupo de Trabalho (SNAS e CNAS) sobre o  
307 projeto de integração de sistemas de registros de informações das entidades e organizações no  
308 SUAS a ser instituído em maio de 2018; 02) Solicitar a apresentação dos produtos da consultoria do  
309 CNAS sobre o processo de inscrição de entidades e organizações nos conselhos de assistência social  
310 na Comissão de Normas. Item III) Revisão do Plano de Ação da Comissão de Normas para  
311 alinhamento e verificação do cumprimento das metas. Item IV) Definição da pauta da reunião  
312 Julho/2018: Debater a Meta II do Plano de Ação: Atualizar o Regimento Interno do CNAS;  
313 Convidar o IPEA para apresentar estudo do Regimento Interno, em conformidade com a legislação  
314 vigente. A Presidente Maíra Leilane Oliveira Almeida solicitou esclarecimentos sobre a criação do  
315 grupo de trabalho e a Conselheira Maria Amélia Sasaki explicou que esse grupo de trabalho tem  
316 como objetivo discutir as várias questões relacionadas à criação do novo módulo de inscrição. A  
317 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social,  
318 complementou que manifestou, juntamente com a Conselheira Edna Aparecida Alegro, sobre a  
319 possibilidade de estarem participando desse grupo de trabalho. A Sra. Maria das Mercês de Avelino  
320 Carvalho esclareceu que os grupos de trabalhos são instituídos por meio de resolução, sendo que a  
321 Secretaria Executiva necessita dos nomes indicados, do objetivo do grupo e do prazo de vigência,  
322 para convocação de sua reunião. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião  
323 Ordinária da Comissão de Normas da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo  
324 para o relato da Reunião da Comissão Eleitoral – Gestão 2018/2020, o Conselheiro Clodoaldo José  
325 Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil, elencou os Conselheiros e  
326 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e arazoou que foram debatidos os seguintes  
327 itens de pauta: Item I) Reunião da Subcomissão de Recursos realizada nos dias 27 e 28 de março de  
328 2018. Item II) Requerimento do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento  
329 Sustentável – CIEDS, habilitado pela Subcomissão de Habilitação, que requer em 04 de abril de  
330 2018 (Postagem do requerimento em 28 de março de 2018) troca da pessoa designada a ser eleita na  
331 condição de candidata/eleitora. Encaminhamento: A Comissão Eleitoral vota por não acatar o  
332 requerimento da entidade, permanecendo o candidato anterior designado, o Sr. Vandrê Luís  
333 Meneses Brilhante, conforme determinado pela Resolução CNAS nº 20/2017. Item III) Análise dos

334 pedidos de reconsideração mediante a desabilitação pela Subcomissão de Recursos de entidades  
335 antes habilitadas pela Subcomissão de Habilitação. Encaminhamento: Foi protocolado o pedido de  
336 reconsideração da CONTRATUH e após a análise do requerimento, a Comissão Eleitoral vota pela  
337 habilitação, em grau de reconsideração, com cinco votos favoráveis e um voto em contrário da  
338 Conselheira Estadual Margarida Ravenna Guimarães Chaves. Item IV) Minuta da programação da  
339 Assembleia da Eleição. Encaminhamento: A Comissão Eleitoral deliberou e aprovou a minuta da  
340 programação da Assembleia de Eleição e a submeterá ao Pleno para aprovação. Item V) Análise da  
341 minuta do Regimento Interno da Assembleia de Eleição. Encaminhamento: A Comissão Eleitoral  
342 deliberou e aprovou a minuta do Regimento Interno da Assembleia de Eleição e a submeterá ao  
343 Pleno para aprovação. Item VI) Apreciação da minuta da Ata de Homologação das Habilitações da  
344 Eleição da Sociedade Civil no CNAS – Gestão 2018/2020. Item VII) Reanálise, pela Comissão  
345 Eleitoral, da habilitação em grau do Processo nº 7100.012488/2018-01. Encaminhamento: A  
346 Comissão Eleitoral em reanálise da habilitação, em grau de recurso, resolve desabilitar a entidade  
347 por intempestividade. Item VIII) Análise dos pedidos de impugnação. Não houve a necessidade de  
348 encaminhamento, por se tratar de assunto já contemplado em reanálise do processo da referida  
349 entidade. Item IX) Audiência com o Ministério Público Federal. Encaminhamento: A Comissão  
350 Eleitoral propõe a criação de uma Comissão da Sociedade Civil do CNAS para viabilizar ação  
351 conjunta com o Ministério Público Federal, para solicitar ao Tribunal de Contas da União a revisão  
352 do referido Acórdão 28.098/2009. Item X) Pauta da Reunião do dia 03 de maio de 2018: Assinatura  
353 das cédulas de votação; Assinatura e lacre das urnas e outros assuntos. A Conselheira Luziana  
354 Carvalho Albuquerque Maranhão solicitou mais esclarecimento sobre as impugnações realizadas e  
355 o Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski afirmou que não cabe a Comissão, nesse momento,  
356 dar nenhum tipo de esclarecimento, salientando que cumpriram todos os prazos propostos na  
357 Resolução CNAS nº 20/2017. A Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça postulou que  
358 encontraram um caminho, com ajuda do Ministério Público, através da criação de um grupo da  
359 Sociedade Civil do CNAS junto com o Ministério Público, para revisão do Acórdão 28.098/2009  
360 junto ao TCU, solicitando que esse ponto seja prioritário para a nova gestão. A Presidente Máira  
361 Leilane Oliveira Almeida relatou que é necessário encaminhar uma ementa elencando o prazo de  
362 vigência do grupo e os membros, para elaboração da resolução e o Conselheiro Clodoaldo José  
363 Oliva Muchinski afirmou que a Comissão se reunirá para rever a proposta e encaminhar novamente  
364 ao Pleno. O Conselheiro Allan Camello Silva compreendeu que os representantes governamentais

365 do CNAS devem também compor esse grupo, uma vez que o Acórdão 28.098/2009 não alterou  
366 apenas questões relacionadas às entidades e o Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski  
367 observou que o processo eleitoral é referente à sociedade civil, sendo que o grupo tratará sobre a  
368 representação que recai sob a pessoa física e não sob pessoa jurídica. A Vice-Presidente Rosângela  
369 Maria Soares dos Santos entendeu que é um assunto exclusivo da sociedade civil que não necessita  
370 de participação da SNAS e que, essa gestão já poderia trazer elementos, juntamente com o  
371 Conselheiro Josenir Teixeira, para dar entrada ao processo. A Sra. Maria das Mercês de Avelino  
372 Carvalho esclareceu que qualquer encaminhamento será referido a próxima gestão e o Conselheiro  
373 Clodoaldo José Oliva Muchinski sugeriu que a Comissão Eleitoral pudesse se reunir, rever o  
374 encaminhamento e trazer para aprovação do Pleno. A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida  
375 acatou a sugestão do Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski, que apresentou a programação  
376 da 1ª Assembleia de Eleição da Sociedade Civil – Gestão 2018: 09h00 às 11h00 – Credenciamento;  
377 das 11h00 às 13h00 – Instalação da Assembleia de Eleição, Apresentação dos Candidatos dos Três  
378 Segmentos, Composição da Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição, Leitura e aprovação do  
379 Regimento Interno, Composição das Mesas de Recepção e Apuração; 13h00 às 14h00 – Almoço;  
380 14h00 – Início do Processo de Votação; 16h00 – Encerramento da Votação, Início da Apuração,  
381 Leitura e Aprovação da Ata contendo os Resultados da Eleição; 18h00 – Encerramento Assembleia.  
382 Aprovada a programação, o Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da  
383 População de Rua, realizou a leitura da proposta de Regimento Interno da Assembleia de Eleição,  
384 que também foi aprovada. Prosseguindo para a apresentação dos resultados do acompanhamento do  
385 Pacto de Aprimoramento Estadual do SUAS – Gestão Estadual 2016/2019, o Sr. Marcos Maia  
386 Antunes, DGSUAS/SNAS, cumprimentou a todos e arrazoou que o Pacto de Aprimoramento da  
387 Gestão dos Estados possui um processo de monitoramento que mais envolve as CIBs e os CEAS. A  
388 Sra. Ana Carolina, DGSUAS/SNAS, explicou que esse pacto se diferencia dos anteriores por focar  
389 bastante nas relações intergovernamentais para dar maior efetividade no cumprimento das metas,  
390 sendo que foi pactuado na CIT a elaboração dos relatórios de acompanhamento, que serão  
391 pactuados na CIB e aprovados pelo CEAS. Apresentado o diagnóstico de cada estado relacionado  
392 as 21 metas do Pacto do Aprimoramento do SUAS da Gestão Estadual referente ao exercício de  
393 2017, o Sr. Marcos Maia Antunes esclareceu que não trouxeram a apresentação de algumas metas,  
394 posto que não havia informações de diagnóstico e a Sra. Ana Carolina acrescentou que, quando  
395 houver os resultados dos relatórios de acompanhamento dos estados, essas informações serão

396 complementadas. A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida lembrou que esse Pacto de  
397 Aprimoramento foi atípico, visto que o mesmo foi aprovado em meados de 2017 e discorreu que  
398 existem alguns dados sobre ao plano de apoio técnico que não condizem com a realidade. A Sra.  
399 Ana Carolina ilustrou que essas informações foram retiradas do próprio diagnóstico encaminhado  
400 pelos estados. A Conselheira Elisa Maciel Costa explanou sobre a necessidade de incluir os povos e  
401 comunidades tradicionais nas metas desse pacto e o Conselheiro Leovane Gregório articulou que  
402 acredita existem itens que podem ser aprofundados no Pacto de Aprimoramento através do diálogo  
403 com os estados. A Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho relatou que os dados  
404 mostram que o seu estado realizou 100% do cofinanciamento da Proteção Social Básica, porém,  
405 explanou que o estado não repassa nada aos municípios há três anos. Questionou se existe um  
406 acompanhamento para saber se os estados estão cumprimento com esse cofinanciamento. A  
407 Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida compreendeu que, como não puderam trazer o balanço  
408 do monitoramento do Pacto de Aprimoramento Estadual do SUAS 2016/2019, no segundo semestre  
409 de 2018 seja possível fazer esse monitoramento com dados atualizados, sugerindo definir, como  
410 encaminhamento, retomar essa apresentação com as informações reais da situação desse pacto. A  
411 Sra. Ana Carolina agradeceu pelo convite e entendeu que esse pacto possui uma chance de ser  
412 diferente e realmente efetivo, salientando o papel dos conselhos estaduais. O Sr. Marcos Maia  
413 Antunes ponderou que o Pacto de Aprimoramento Estadual do SUAS foi muito negociado e a  
414 Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida intuiu que precisam melhorar os instrumentos de  
415 avaliação, especialmente em relação aos dados qualitativos. Iniciando a apresentação do  
416 Documento que compatibilizou as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS do  
417 PPA, o Sr. Adailton Barbosa, SNAS/MDS, cumprimentou a todos e informou que apresentará uma  
418 visão geral dos ODS. Articulou que a SEGOV é órgãos que coordenada a Coordenação dos ODS,  
419 esclarecendo que o MDS integra essa coordenação setorialmente, sendo que a questão operacional  
420 está vinculada a Secretaria Executiva. Explanou que o processo dos ODS expressa o que a  
421 Assembleia Nacional da ONU colocou como Agenda de 2030, que visa o equilíbrio entre a  
422 prosperidade humana com a proteção do planeta. Manifestou que os ODS compõem uma agenda de  
423 planejamento e de gestão de políticas públicas, destacando que o Brasil se comprometeu a alcançar  
424 os 17 objetivos e 169 metas até 2030, que buscam, dentro outros: acabar com a pobreza e a fome,  
425 lutar contra as desigualdades e combater as mudanças climáticas. Apresentou a transição dos  
426 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - OMD para os Objetivos do Desenvolvimento

427 Sustentável, que evoluiu de oito para 17 objetivos, de 21 para 169 metas e de 60 para 231  
428 indicadores. Esclareceu que os ODS estão divididos em dimensão social, dimensão ambiental,  
429 dimensão econômica e dimensão institucional e que a agenda de 2030 possui como etapas:  
430 negociação, internalização (criar mecanismos de governa, adequar metas globais e definir  
431 indicadores nacionais) e interiorização. Arrazoou que o modelo de governança passou pela criação  
432 da Comissão Nacional dos ODS, definida através do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016,  
433 que possui natureza consultiva e paridade entre governo e sociedade civil. Complementou que, além  
434 dessa Comissão, existem Câmaras Técnicas que tratam de assuntos mais específicos, com a  
435 finalidade de propor políticas públicas, ações e instrumentos para a implementação dos ODS.  
436 Relatou os principais desafios do processo de interiorização e sobre a realização do mapeamento  
437 das políticas públicas. Informou que o PPA 2016/2019 possui 1.1032 metas e 3.094 iniciativas,  
438 apresentando a vinculação das metas do PPA com os ODS. O Sr. Rodrigo Ramiro, Coordenador-  
439 Geral de Planejamento da SEPLAN/MP, cumprimentou a todos e discorreu que o PPA é uma  
440 agenda de médio prazo do Governo Federal estabelecido pelo artigo 165 da Constituição Federal,  
441 que organiza e orienta suas ações e a elaboração dos orçamentos anuais. Complementou que o PPA  
442 é estruturado em programas temáticos, objetivos, metas e iniciativas e articulou que houve um  
443 processo bastante rico com os Ministérios para elaborar as agendas ODS, observando que 95% das  
444 metas ODS possuem algum atributo do PPA relacionado à sua implementação. Apresentou os  
445 atributos do PPA vinculado com os ODS, a quantidade de programas PPA por ODS, as metas ODS  
446 por Ministérios, o alinhamento entre ODS e MMA, o alinhamento entre ODS e MS, o alinhamento  
447 entre ODS e a SEAD e o alinhamento entre ODS com os programas do PPA. Comunicou que as 17  
448 agendas ODS relacionadas às metas do PPA podem ser acessadas através do *site* do PPA Cidadão,  
449 expondo como acessá-lo. Postulou que os principais desafios são: aprimorar a metodologia de  
450 construção das Agendas ODS, monitoramento das Agendas ODS, avaliação das Agendas ODS,  
451 modelo de participação social nos processos de monitoramento e avaliação das sinergias entre ODS.  
452 Abrindo para os debates, a Conselheira Elisa Maciel Costa arrazoou que sempre um sofrimento para  
453 cumprir as metas do PPA, visto que estão tentando cumprir o plano de política relacionado aos  
454 povos e comunidades tradicionais para preparar para elaborar o PPA de Política Sustentável para  
455 Povos Ciganos. Salientou que a sua preocupação é muito maior em relação aos ODS, uma vez que  
456 existe um problema sério em relação à nomenclatura utilizada e à diferença de entendimento sobre a  
457 representação da sociedade civil. Discorreu que as organizações da sociedade civil membros da



458 Comissão Nacional dos ODS não representam a sociedade civil e suas especificidades. O  
459 Conselheiro Leovane Gregório questionou como estão os encaminhamentos das metas  
460 apresentadas, quais são as estruturas dos Ministérios para conseguir efetuar a demanda e como está  
461 o cumprimento dos estados e municípios em relação aos ODS. O Conselheiro Benedito Augusto de  
462 Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social –  
463 CNTSS, indagou como o corte do orçamento impactou nas ODS e a Conselheira Luziana Carvalho  
464 de Albuquerque Maranhão questionou como podem compatibilizar uma noção de desenvolvimento  
465 sustentável em um país que possui precariedade em todas as áreas das políticas sociais. A  
466 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho compreendeu que, apesar de reconhecerem esses  
467 objetivos, reconhecem que precisam vencer outras etapas prioritárias e articulou que existe uma  
468 dificuldade de compreensão se os municípios e estados estão conseguindo fazer o alinhado dos  
469 ODS com o PPA. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos ressaltou a fragilidade da  
470 representatividade da Comissão Nacional dos ODS e solicitou esclarecimento de como poderiam  
471 dialogar, para que tenham uma diversidade de representatividade nessa Comissão. O Conselheiro  
472 Carlos Nambu intuiu que existe um grande problema diante o grande corte do orçamento da  
473 assistência social e questionou qual é a visão do governo da relação dos ODS com o PPA e o corte  
474 do orçamento e qual seria o entendimento do governo referente aos direitos sociais. O Conselheiro  
475 Clodoaldo José Oliva Muchinski citou que a meta de ampliação da cobertura do serviço de  
476 convivência e fortalecimento de vínculos para 100% dos municípios brasileiros, expandido a sua  
477 cobertura em 5.032 municípios ainda não cofinanciados, do primeiro ODS, não teve nenhuma  
478 execução até 2016. Questionou qual é estratégia do governo em relação às metas da assistência  
479 social. O Sr. Rodrigo Ramiro explicou como foi realizada a composição da Comissão Nacional de  
480 ODS, ponderando que a composição das Câmaras Temáticas não se restringe a composição da  
481 Comissão e que, as metas globais passaram por uma grande discussão entre os 180 países, sendo  
482 que o processo de adaptação é o momento de inserir as especificidades do Brasil. Explanou que a  
483 Comissão Nacional não possui a pretensão de coordenador todos os processos do país, visto que  
484 estão sendo realizadas uma série de iniciativas de incentivo de criação de distâncias subnacionais.  
485 Relatou que, em 2016, existe uma realidade diferente para cada setor, posto que cerca de 60% das  
486 metas são consideradas em bom andamento ou alcançada e 40% com algum problema de orçamento  
487 ou execução. Informou que já iniciaram o desenho dos planos de implementação das metas  
488 selecionadas pelo CNAS e que, existe uma sugestão de que o MDS apresente uma proposta do

489 monitoramento participativo na reunião de junho. Iniciando a apresentação do Plano de Ação  
490 Emergencial de Atendimento aos Imigrantes Venezuelanos nos Estados de Fronteiras e a  
491 Interiorização, a Sra. Natália Souza, Representante da Casa Civil, cumprimentou a todos e  
492 contextualizou que o Governo Federal observou a intensificação do fluxo de imigrantes  
493 venezuelanos, nas áreas de fronteira, a partir de setembro de 2016, sendo que a principal razão  
494 dessa imigração foi por razões econômicas e sociais. Articulou que foi observado um primeiro fluxo  
495 imigratório de indígenas da etnia Warao em situação de vulnerabilidade a partir de 2016.  
496 Apresentou as ações realizadas pelo Governo Federal e explanou que foi organizado um Comitê  
497 Federal de Emergência Social e uma parceria com a ONU. Destacou que Governo Federal está  
498 trabalhando no ordenamento da fronteira, na operação acolhida e na interiorização dos imigrantes  
499 que possuem o objetivo de integrar a economia do Brasil e ilustrou que a operação acolhida tem  
500 como objetivo o atendimento humanitário ao imigrante na fronteira, com a oferta de política de  
501 regularização migratória, saúde, educação, assistência social, alimentação e acolhimento e está  
502 sendo organizada em Pacaraima e em Boa Vista. Relatou que a suas principais ações realizadas são:  
503 posto de recepção e triagem na fronteira do município de Pacaraima, alojamento para acolhimento  
504 de indivíduos e famílias; fornecimento de três refeições diárias, kit de higiene e limpeza, etc.,  
505 hospital de campanha; atendimento de assistência social (psicólogos, assistentes sociais,  
506 antropólogos e TNM). Informou que existe um total de 2.677 imigrantes abrigados em Roraima,  
507 apresentando os abrigos Jardim Floresta, São Vicente, Tancredo Neves, Pintolândia e Janokoida. A  
508 Sra. Maria do Socorro esclareceu que proposta da interiorização foi trazida pela ONU, sendo que o  
509 Comitê Federal criou um Subcomitê para interiorização com a participação de sete Ministérios e  
510 com o apoio da ACNUR, OIM, UNFPA estados, municípios e sociedade civil. Explanou que o  
511 objetivo é interiorizar os imigrantes, apoiando sua integração na sociedade e autossuficiência e que,  
512 o público alvo são os imigrantes regularizados, abrigados em Roraima, vacinados e com carteira de  
513 trabalho. Expôs as principais etapas dessa ação e manifestou que os principais resultados da  
514 primeira etapa foram: 462 imigrantes cadastrados que indicaram interesse em interiorizar, 307  
515 imigrantes assinaram a Declaração de Voluntariedade para Interiorização, 307 passaram por exames  
516 clínicos para avaliar sua condição de viagem com segurança, 265 imigrantes selecionados como  
517 aptos: 104 imigrantes embarcaram para São Paulo no dia 05/04 e 163 imigrantes embarcaram para  
518 Cuiabá e São Paulo no segundo dia 06/04. A Sra. Nilzarete Margarida de Lima, SNAS/MDS,  
519 externou a sua emoção diante a violação de direitos encontrada ao longo do processo de

520 acolhimento dos imigrantes venezuelanos e apresentou fotos de como era a situação do Abrigo  
521 Tancredo Neves, do Abrigo São Vicente, da avaliação clínica e imunização, da retirada da carteira  
522 de trabalho, do Comitê de Interiorização em Boa Vista e da chegada em São Paulo e Cuiabá.  
523 Discorreu que São Paulo, Mato Grosso e Amazonas já aderiram à estratégia de interiorização, sendo  
524 que já foram acolhidos 199 imigrantes das 350 vagas disponibilizadas em São Paulo e 66 imigrantes  
525 das 80 vagas disponibilizadas em Mato Grosso. Relatou que os principais desafios para a oferta de  
526 serviços, programas e projetos para migrantes na rede socioassistencial são: dificuldades  
527 operacionais dos governos locais; limitação de capacidade instalada de políticas públicas do estado  
528 de Roraima (municípios de Pacaraima e Boa Vista), Amazonas e Pará frente à demanda;  
529 interiorização (indígenas e não indígenas – no caso dos venezuelanos); assegurar o pacto federativo  
530 na integração de ações de proteção social a grupos vulneráveis e em situação de risco pessoal e  
531 social; garantir que a barreira linguística não seja um impedimento para o acesso aos serviços  
532 públicos; organizar a demanda dos migrantes no rol dos serviços já disponíveis na rede; adotar  
533 metodologias específicas – e, eventualmente, especializadas - que busquem atender as  
534 especificidades com respeito à origem, sem, contudo, incidir em segregação do atendimento ou em  
535 discriminação; manutenção da articulação interfederativa e intersetorial para fortalecimento das  
536 ações; cofinanciamento para as cidades destinos. Ilustrou que estão conversando muito com os entes  
537 federados e com a sociedade civil, buscando alternativas conjuntas para propiciar aos imigrantes.  
538 Abrindo para o debate, o Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski parabenizou pela  
539 apresentação e pela iniciativa realizada e arrazoou que sobre a situação de São Paulo, ponderando  
540 que as pessoas foram surpreendidas quando chegaram ao TCA São Mateus e se depararam com a  
541 ocupação dos imigrantes venezuelanos. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho questionou  
542 se possuem o quantitativo de imigrantes indígenas e não indígenas que estão na região de Pacaraima  
543 e Boa Vista e se existe uma proposta para o atendimento dos indígenas. A Conselheira Elisa Maciel  
544 Costa observou que houve certa negligência do estado brasileiro inicialmente em relação aos  
545 imigrantes venezuelanos indígenas e indagou como que conseguirão controlar o estado de revolta  
546 do ambiente animosidade em relação aos imigrantes diante da diferenciação de atendimento.  
547 Indagou também se os médicos sem fronteiras estão envolvidos nessa ação e se haveria condições  
548 de criar um protocolo para a região de fronteira do Brasil. A Conselheira Luziana Carvalho de  
549 Albuquerque Maranhão postulou que entendiam as queixas da população de Boa Vista e questionou  
550 como está sendo monitorada a interiorização, para que esses imigrantes não entrem na questão do

551 trabalho escravo e da precarização do vínculo trabalhista. A Sra. Nilzarete Margarida de Lima  
552 ressaltou que em nenhum momento foi solicitado que as pessoas acolhidas fossem desalojadas para  
553 abrigar os venezuelanos em São Paulo e explanou que estão trabalhando em extrema sintonia com  
554 as Secretarias de Direitos Humanos e de Saúde, com o Ministério Público do Trabalho, com a  
555 Receita Federal e com todos os órgãos de defesa de direitos, para que haja um fluxo organizado  
556 pactuados com os destinos. Com relação a questões dos imigrantes indígenas, esclareceu que os  
557 abrigos de gestão indígenas estão tendo os mesmos tratamentos de alimentação e de higiene, porém,  
558 não estão no processo de fluxo de interiorização devido as suas características e peculiaridades. A  
559 Sra. Natália Souza observou que os abrigos apenas melhoraram através do repasse de recursos do  
560 Governo Federal e informou que os dados da Polícia Federal mostram que entraram 38.500  
561 imigrantes, até fevereiro de 2017, pela fronteira de Pacaraima solicitando refugio ou residência  
562 temporária e que um quarto desse número estava em Boa Vista e não possuía documentação,  
563 estimando a existência de cerca de 50.000 imigrantes. Comunicou que os médicos sem fronteiras  
564 estão participando do processo e que, estão elaborando um protocolo de fronteira. A Sra. Maria do  
565 Socorro discorreu que, antes da federalização, o governo não estava apenas observando a chegada  
566 dos imigrantes e que, o MDS repassou mais de R\$ 2.000.000,00 fundo a fundo para acolhimento e o  
567 Ministério da Saúde ampliou o teto de atendimento. A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida  
568 agradeceu pelas explicações e afirmou que serão solicitados outros momentos, para avaliar o  
569 resultado da interiorização. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão relatou que  
570 o Sr. Jairo está solicitando que esse tema seja pautado na Reunião Trimestral do CNAS com os  
571 CEAS e CAS/DF e a Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida afirmou que esse tema será  
572 pautado na Reunião da Presidência Ampliada. **ENCERRAMENTO 11/04/2018:** A Presidente  
573 Máira Leilane Oliveira Almeida agradeceu a colaboração de todos e encerrou o primeiro dia da 263<sup>a</sup>  
574 Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA 12/04/2018:** A Presidente Máira Leilane Oliveira  
575 Almeida iniciou o segundo dia da 263<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e  
576 solicitou a que a Secretária Executiva do CNAS verificasse o quórum e realizado o mesmo,  
577 informou que a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social solicitou que ao  
578 invés do relato da Reunião da Presidência Ampliada seja realizado o relato de sua reunião, uma vez  
579 existe a necessidade a aprovação do orçamento e das resoluções discutidas na Reunião Conjunta da  
580 Comissão de Financiamento e Orçamento e da Comissão de Política da Assistência Social.  
581 Aprovada a alteração de pauta, seguiu-se para o relato da Reunião Ordinária da Comissão de

582 Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no dia 10 de abril. O Conselheiro  
583 Carlos Nambu elencou os Conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS  
584 presente e informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação do  
585 Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – 1º  
586 Trimestre (Exercício de 2018). Encaminhamento: A Comissão sugere a aprovação do Relatório da  
587 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – 1º Trimestre  
588 (Exercício 2018). Item II) LOA 2018 (Lei 13.587/2018). Item III) Revisão da Aplicação da Portaria  
589 36/2014. Encaminhamento: Inclusão no Plano de Ação da Comissão de discussão sobre a execução  
590 orçamentária e financeira dos entes versus orçamento da Assistência Social versus Portaria MDS  
591 36/2017. IV) Revisão do Plano de Ação da Comissão Financiamento e Orçamento – CFO. Tendo  
592 em vista a urgência dos outros itens de pauta, a Comissão optou por levar para a Presidência  
593 Ampliada a proposta de pautar a revisão do Plano de Ação da Comissão em uma reunião  
594 extraordinária. O Conselheiro Leovane Gregório solicitou que fosse acompanhado o gasto dos  
595 recursos referente ao BPC de pessoa idosos e pessoa com deficiência, observando que haverá cerca  
596 de R\$ 4.000.000.000,00 não sendo executados e o Conselheiro Carlos Nambu explanou que a nota  
597 explicativa aborda diversos fatores, entendendo que haverá uma situação preocupante se na próxima  
598 apresentação da prestação de conta do trimestre não mostrar que chegaram a 50% de execução  
599 financeira. A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida ilustrou que terão um parâmetro maior do  
600 custo de execução no segundo trimestre de 2018 e o Conselheiro Allan Camello Silva articulou que  
601 o BPC é um benefício muito dinâmico, observando que as diferenças e as movimentações são  
602 normais. O Conselheiro Leovane Gregório relatou que não sabe como está o funcionamento dos  
603 serviços de Proteção Social Básica nesse país, uma vez que os estados e municípios receberam  
604 apenas 4% do valor do recurso mensalmente e destacou que terão problemas de funcionamento se  
605 essa irregularidade dos pagamos permanecer. Compreendeu que o CNAS precisa discutir com o  
606 Ministério do Planejamento e com o Ministério da Fazenda, para que os valores estabelecidos na  
607 Lei Orçamentária de 2017 seja, de fato, empenhado. O Conselheiro Carlos Nambu arrazoou que  
608 possuem uma preocupação constante em relação à recomposição do orçamento de cerca de R\$  
609 1.400.000.000,00, que é superior ao deliberado pelo CNAS e afirmou que o governo precisa fazer  
610 uma opção pelos direitos sociais. O Conselheiro Leovane Gregório solicitou esclarecimentos sobre  
611 o grande valor dos restos a pagar de 2017 em relação ao Programa Criança Feliz que foi pago em  
612 2018 e o Conselheiro Carlos Nambu esclareceu que a Comissão foi informada que ocorreram

613 aceites próximo ao final de 2017. O Sr. Maurício Azevedo explicou que a Portaria nº 442, que  
614 regulamenta o repasse aos municípios, cita que a visita pode ser registrada no Prontuário SUAS até  
615 30 dias após o período da visita e que, os meses de novembro e dezembro de 2017 não puderam ser  
616 pagos no ano de 2017. O Conselheiro Carlos Nambu realizou a leitura da resolução que dispõe  
617 sobre a aprovação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do FNAS – 1º  
618 Trimestre/Exercício 2018, que foi aprovada por unanimidade. Não havendo mais nenhum  
619 comentário, o relato da Reunião Ordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
620 Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo para o relato da Reunião Conjunta da  
621 Comissão de Financiamento e Orçamento e da Comissão de Política da Assistência Social, o  
622 Conselheiro Carlos Nambu elencou os Conselheiros, convidados e membros da Secretaria  
623 Executiva do CNAS presentes e informou que foram debatidos os seguintes item de pauta: Item I)  
624 Partilha de recursos para os estados relativo ao Programa Primeira Infância (Resolução CIT nº  
625 02/2018). Encaminhamentos: 01) Encaminhar a minuta de resolução para a apreciação da Plenária;  
626 02) Apresentar a Resolução na Plenária. Item II) Partilha e elegibilidade para o cofinanciamento  
627 federal dos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI e  
628 do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativa de  
629 Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços a Comunidade – PSC (discutido e aprovado na  
630 última CIT, cuja resolução está em via de ser publicada). Encaminhamento: Sugere a Plenária a  
631 aprovação da resolução. Realizada a leitura resolução, que aprova os critérios de partilha e  
632 elegibilidade para o cofinanciamento federal dos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado  
633 a Famílias e Indivíduos – PAEFI e do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento  
634 de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços a Comunidade  
635 – PSC, a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris, Representante do Ministério do  
636 Desenvolvimento Social – MDS, informou que a resolução da CIT já foi publicada no dia 10 de  
637 abril, sugerindo alterar a menção de que a mesma está em via de ser publicada. Ponderou que o  
638 tema de Medidas Socioeducativa tem sido bastante discutido nos últimos três anos e registrou que  
639 possuem uma apresentação mais detalhada da pesquisa, em que 97% dos municípios participaram.  
640 Salientou que mais de 66% dos municípios informaram receber da justiça algum encaminhamento  
641 de Medidas Socioeducativas para o atendimento na assistência social e observou que foi concluído  
642 que os municípios estão recebendo demanda e não possuem estrutura para a oferta adequada.  
643 Acrescentou que possui com desafio trabalhar algumas unidades que possuem grande demanda de

644 atendimento e manifestou que possuem uma defasagem de CREAS sem cofinanciados federal em  
645 municípios. Elencou os critérios estabelecidos para a partilha e elegibilidade para o  
646 cofinanciamento federal, destacando que estariam universalizando a cobertura de CREAS para os  
647 municípios que possuem acima de 20 mil habitantes. Apresentou os principais desafios e colocou-se  
648 a disposição para esclarecimentos. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão  
649 informou que foi realizado um levantamento sobre terapeutas ocupacionais que trabalham com  
650 Medidas Socioeducativa no SUAS, em que observaram que se mantém uma equipe mínima de  
651 referência para esse atendimento. A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida colocou a resolução  
652 para deliberação dos Conselheiros, que foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Laís  
653 Maranhão Santos Mendonça, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS,  
654 realizou a leitura da resolução, que altera a Resolução nº 20/2016 e a Conselheira Norma Suely de  
655 Souza Carvalho informou que, diante as discussões realizadas na reunião conjunta, a sociedade civil  
656 propôs alterações de redação, apresentando as mesmas. O Sr Halim Antônio Girade, Secretário  
657 Nacional da Promoção do Desenvolvimento Humano – SNDPH, cumprimentou a todos e  
658 esclareceu que está de acordo com a proposta apresentada pela sociedade civil, entendendo que  
659 existe a necessidade de elaborar uma proposta de qualificação e capacitação dos estados dos  
660 recursos existentes. O Conselheiro Leovane Gregório intuiu que é necessário incluir algum item  
661 tratando sobre a utilizados dos mesmos critérios para 2018 e o Conselheiro Allan Camello Silva  
662 ponderou que precisam analisar a Resolução CNAS nº 20/2016 para incluir a questão do exercício  
663 de 2018. Após realizadas todas as adequações necessárias e realizada a sua leitura novamente, a  
664 Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida colocou a resolução para deliberação dos Conselheiros,  
665 que foi aprovada por unanimidade. O Sr. Halim Antônio Girade informou que está disponibilizando  
666 duas vagas a cada segmento da sociedade civil para participar de uma visita em um município, para  
667 observarem a execução do Programa Criança Feliz. A Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça  
668 justificou que terá que se ausentar, passando a titularidade a Conselheira Elisa Maciel Costa.  
669 Seguindo para o relato da Reunião da Presidência Ampliada realizada no dia 10 de abril, a  
670 Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida elencou os participantes, convidados e membros da  
671 Secretaria Executiva do CNAS presentes e relatou que foram discutidos os seguintes itens de pauta:  
672 Item I) Estrutura dos Anais da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social: 1) Apresentação dos  
673 Anais pelo Presidente Fábio Moassab Bruni; 2) Processo preparatório; 2.1 Instrumentos normativos;  
674 2.2 Definição dos temas e subtemas; 2.3 Princípios orientadores; 2.4 Informes, *links* e vídeos; 2.5

675 Sistematização das deliberações dos estados e do Distrito Federal; 3) Perfil dos participantes  
676 retirado do Sisconferência (gênero, categoria, segmentos e etc.); 4) Programação; 5)  
677 Desenvolvimento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; 5.1 Regimento; 5.2  
678 Conferência Magna; 5.3 Abertura Solene; 5.4 Estratégias coletivas para o fortalecimento do SUAS;  
679 5.5 Prêmio Mérito CNAS; 5.6 Reflexões sobre o SUAS à luz do Plano Decenal; 5.7 Eixos  
680 (Apresentação dos eixos e síntese dos debates); 5.8 Ato em Defesa do SUAS (Carta em defesa da  
681 PNAS aprovada na 11ª Conferência); 5.9 Plenária Final e Moções; 6) Avaliações (Conselheiros  
682 Nacionais, Conselheiros Estaduais, Avaliação dos delegados); 7) Conclusão (com a inclusão do que  
683 houve de inovação e as recomendações); 8) Anexos. Item II) Informe das Reuniões das Comissões  
684 Temáticas (Momento de explanação sobre os assuntos relevantes das Comissões Temáticas): a)  
685 Comissão de Financiamento: Proposta de realização de uma reunião extraordinária no dia 21 de  
686 maio, em Porto Alegre, para tratar da Revisão do Plano de Ação e análise dos parâmetros da  
687 Proposta Orçamentário e outros; Proposta de que o relato dessa reunião seja feito na Reunião  
688 Ordinária do CNAS de junho. Para tanto, será necessário a alteração da data da reunião de junho de  
689 12 a 14 para 04 a 06 de junho, visando o atendimento dos prazos para a aprovação da proposta  
690 orçamentária para 2019; b) Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
691 Renda: Proposta de inclusão como ponto de pauta da plenária de julho de apresentação pela  
692 SNAS/MDS de campanha e ações realizadas e em andamento de promoção e mobilização para  
693 inserção dos beneficiários do BPC no CadÚnico; Proposta de que os esclarecimentos sobre as  
694 notícias veiculadas na mídia em relação ao Programa Bolsa Família sejam adiados para a reunião da  
695 Comissão em julho, com a presença do Ministro; c) Comissão de Acompanhamento aos Conselhos:  
696 Informe sobre a definição do tema, datas e representações do CNAS nas Reuniões Regionais e  
697 proposta de inclusão de item na programação da Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS; d)  
698 Comissão de Normas: Solicitou antecipação da leitura do Relato da Comissão de Normas; e)  
699 Presidente do CNAS: A Presidente do CNAS propõe a elaboração de um documento em que conste  
700 o registro, com conteúdo histórico, apresentando o legado das Comissões Temáticas da Gestão  
701 2016/2018, pautando também as resoluções aprovadas pelo Pleno, aos conselheiros deste gestão,  
702 aos novos conselheiros (durante a transição) e para os CEAS, apontando desafios, as principais  
703 realizações das Comissões. O documento seria em formato de caderno, contendo capa, lista da  
704 composição do CNAS (conselheiros e da Secretaria Executiva). Item III) Reunião Descentralizada e  
705 Ampliada do CNAS: Local: Salão de Atos da PUC/RS do prédio 04, situado na Av. Ipiranga nº



706 6.681, Porto Alegre/RS. Data: 22, 23 e 24 de maio. Tema: Gestão Democrática e o Controle Social  
707 no SUAS. Proposta de Programação: 22/05/2018: 08h00 – Credenciamento; 09h00 às 10h00 –  
708 Solenidade de Abertura; das 10h00 às 11h00 – Mesa de Abertura: Gestão Democrática e o Controle  
709 Social no SUAS (Sugestão de palestrante: Eleonora Schettini Cunha); das 11h00 às 12h00 –  
710 Debate; 12h00 às 14h00 – Almoço; 14h00 às 17h00 – Apresentação Síntese das Reuniões Regionais  
711 do CNAS com os CEAS e CAS/DF; 17h00 às 18h00 – Debate. 23/05/2018: 09h00 às 12h00 –  
712 Oficina I: Inscrição de Entidades – Relato da experiência de Canoas/RS; Oficina II – Execução  
713 Orçamentária e Financeira com vistas ao Controle Social; Oficina III – Responsável/Coordenação  
714 da Comissão de Política; Oficina IV – Responsável/Coordenação da Comissão de  
715 Acompanhamento aos Conselhos e Oficina V – Responsável/SNAS; 12h00 às 14h00 – Almoço;  
716 14h00 às 17h00 – Relato dos debates das Oficinas; 17h00 às 18h00 – Encerramento. 24/05/2018:  
717 das 09h00 às 17h00 – 264ª Reunião Ordinária do CNAS. Item IV) Ofício nº  
718 109/2018/SEI/CONANDA/SNDCA/MDH encaminhando Relatório Qualificado de todos os casos  
719 de crianças e jovens indígenas em situação institucional e familiar da região de Dourados/MS.  
720 Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere que seja criado um grupo de trabalho do CNAS  
721 tendo como convidados o CONANDA e FUNAI para tratar sobre o relatório enviado pelo  
722 Ministério de Desenvolvimento Humano. A composição terá quatro conselheiros, sendo dois do  
723 governo e dois da sociedade civil, com previsão de reuniões ainda nessa gestão (presencial ou via  
724 *Skype*). Item V) Solicitação do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros/MG.  
725 Encaminhamento: Enviar para a Comissão de Normas para apreciação do assunto. Item VI)  
726 Solicitação do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná. Encaminhamento: Encaminhar  
727 nota técnica elaborada pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS sobre o assunto. Item  
728 VII) Convites: a) o Conselho Municipal da Assistência Social, Fórum de Assistência Social e a  
729 Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Ribeirão Preto/SP convidam um  
730 Conselheiro do CNAS para ministrar uma palestra no mês de maio, preferencialmente, na semana  
731 do dia 15 de maio, em um evento em comemoração ao Dia do Assistente Social, que será realizado  
732 naquela cidade. Encaminhamento: Agradecer pelo convite e informar impossibilidade de  
733 participação; b) Convite para o Debate “A Importância dos Canais de Denúncia da Ouvidoria  
734 Nacional de Direitos Humanos na Prevenção e Enfrentamento das Violações de Direitos Humanos”.  
735 Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere a participação da Conselheira Elisa Maciel  
736 Costa; c) Oficina de integração SUAS e Programa Criança Feliz a ser realizada nos dias 15 e 16 de

737 maio em Brasília/DF. Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere a participação da  
738 Conselheira Elisa Maciel Costa. Item VIII) Solicitação de informação do Conselho de  
739 Representantes de Brasileiros no Exterior - CRBE. Encaminhamento: Convidar a Comissão para  
740 uma reunião com o CNAS para mais esclarecimentos sobre a demanda da CRBE. Com proposta da  
741 reunião a ser realizada na próxima semana com a Presidente do CNAS e Conselheiros que reside  
742 em Brasília/DF. Item IX) Informes: a) Ofício nº 02/2018/CDDF do Conselho Nacional do  
743 Ministério Público. X) Pauta da 264ª Reunião Ordinária do CNAS: Dia 21/05/2018: Reunião  
744 Extraordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento – Revisão do Plano de Ação e  
745 Parâmetros da Proposta Orçamentária 2019 e outros. Dia 22/05/2018: Reunião Descentralizada e  
746 Ampliada do CNAS: 08h00 – Credenciamento; das 09h00 às 10h00 – Solenidade de Abertura; das  
747 10h00 às 11h00 – Mesa de Abertura: Gestão Democrática e o Controle Social no SUAS; das 11h00  
748 às 12h00 – Debate; das 12h00 às 14h00 – Almoço; das 14h00 às 17h00 – Apresentação da Síntese  
749 das Reuniões Regionais do CNAS com os CEAS e o CAS/DF; das 17h00 às 18h00 – Encerramento.  
750 Dia 23/05/2018: das 09h00 às 12h00 – Oficinas de I a IV; 14h00 às 17h00 – Relato dos debates das  
751 Oficinas; das 17h00 às 18h00 – Encerramento. Dia 24/05/2018: 264ª Reunião Ordinária do CNAS:  
752 das 09h00 às 09h30 – Aprovação da Ata da 263ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 264ª  
753 Reunião Ordinária do CNAS; das 09h00 às 10h30 – Informes da Presidência Ampliada/Secretaria  
754 Executiva; CONGEMAS, FONSEAS, MDS, CIT e Conselheiros; das 10h30 às 12h00 – Avaliação  
755 da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS; das 14h00 às 16h00 – Diagnóstico dos Centros  
756 PoPs; das 16h00 às 18h00 – Apresentação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. A  
757 Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida salientou sobre a alteração da data da reunião ordinária  
758 para junho, mediante a necessidade da aprovação dos parâmetros orçamentários e a Conselheira  
759 Elisa Maciel Costa afirmou que a FUNAI não representa os povos indígenas, solicitando que seja  
760 encaminhado o convite, para compor o grupo de trabalho para tratar sobre o relatório enviado pelo  
761 Ministério de Desenvolvimento Humano, as organizações dos próprios indígenas. A Presidente  
762 Máira Leilane Oliveira Almeida explanou que, como encaminhamento, as Conselheiras Elisa  
763 Maciel Costa e Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão indicarão uma representação dos  
764 povos indígenas e encaminharão a Secretaria Executiva do CNAS. Informou que o Conselho  
765 Municipal de Assistência Social de Ribeirão Preto/SP comunicou que custeará o palestrante,  
766 consultando o pleno se algum Conselheiro teria interesse, havendo a disponibilização do  
767 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira. A Conselheira Elisa Maciel Costa explanou que

768 verificará a possibilidade de participação no debate sobre a importância dos canais de denúncias da  
769 Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos na prevenção e enfrentamento das violações de direitos  
770 humanos e a Conselheira Edna Aparecida Alegro se colocou a disposição para participar desse  
771 debate, havendo concordância com a alteração. A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida  
772 noticiou que receberam um convite da Oficina “Gestão Territorial na Proteção Social Básica” nos  
773 dias 17 e 18 de abril após a Reunião da Presidência Ampliada e um convite do Conselho Estadual  
774 do Ceará a Conselheira Edna Aparecida Alegro, para os dias 24 e 25 de abril, salientando que estão  
775 aguardando resposta sobre a possibilidade de custeio pelo Conselho Estadual do deslocamento. Não  
776 havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Presidência Ampliada foi aprovado por  
777 unanimidade. O Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski retomou o relato da Reunião da  
778 Comissão Eleitoral, lembrando que se comprometeu em realizar uma alteração no encaminhamento  
779 do Item IX: Audiência com o Ministério Público Federal. Apresentou o seguinte encaminhamento:  
780 A Comissão Eleitoral propõe que os representantes dos segmentos da sociedade civil, que compõe o  
781 CNAS, viabilizem a partir de junho de 2018 a ação conjunta com o Ministério Público Federal para  
782 solicitar ao Tribunal de Contas da União a revisão do Acórdão nº 2.809/2009, no que pertence ao  
783 entendimento da representação da pessoa física e jurídica no CNAS. Não havendo nenhum  
784 questionamento, o relato da Comissão Eleitoral foi aprovado por unanimidade. Seguindo para relato  
785 da Reunião Ordinária da Comissão de Política da Assistência Social realizada no dia 10 de abril, a  
786 Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça elencou os Conselheiros, Convidados e membros da  
787 Secretaria Executiva do CNAS presentes e informou que foram debatidos os seguintes itens de  
788 pauta: I) Apresentação das ações para monitoramento da Proteção Social Básica – Desafios para o  
789 atingimento das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS. Item II) Apresentação das  
790 ações para monitoramento da Proteção Social Especial - Desafios para o atingimento das metas do  
791 Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS. Encaminhamento: Considerando a relevância das  
792 informações do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS em relação às Proteções Sociais  
793 Básica e Especial, a Comissão propõe o encaminhamento das apresentações aos Conselheiros da  
794 CNAS. Item: III) Continuação da discussão do Plano de Ação da Comissão, para definição das  
795 prioridades para 2018; IV) Definição da Pauta de julho/2018: Apresentação da Agenda de Educação  
796 Financeira para Famílias do PBF; Apresentação dos Parâmetros Metodológicos para o Serviço de  
797 Convivência e Fortalecimento de Vínculos de zero a seis anos; Informes da SNAS sobre a  
798 finalização do Documento Orientador em Relação às Mulheres Encarceradas. A Presidente Máira

799 Leilane Oliveira Almeida explanou que a reunião da Comissão de Política não foi concluída antes  
800 da Reunião da Presidência Ampliada, ponderando que existem o seguinte encaminhamento que não  
801 foi discutido na Presidência Ampliada, que colocará para apreciação do Pleno: Possibilidade de uma  
802 apresentação, na Plenária de transição para os novos Conselheiros, do balanço das ações da  
803 Proteção Social Básica e Especial a luz dos impactos de aprimoramento de gestão do SUAS de  
804 âmbito municipal, estadual e do II Plano Decenal. O Conselheiro Leovane Gregório questionou  
805 como o CNAS pode auxiliar no enfrentamento dos desafios da Proteção Social Básica e Especial e a  
806 Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida esclareceu que, está incluído no Plano de Ação dessa  
807 Comissão, o acompanhamento e monitoramento do pacto de aprimoramento da gestão do SUAS.  
808 Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião Ordinária da Comissão de Política da  
809 Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o relato da Reunião  
810 Extraordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda realizada  
811 no dia 09 de abril, a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho elencou os Conselheiros,  
812 convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e discorreu que foram debatidos  
813 os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação das ações estratégicas do Governo Federal para  
814 inserção dos beneficiários do BPC no CadÚnico. Encaminhamento: 01) Considerando a  
815 importância de acompanhar o processo de inserção dos beneficiários do BPC no CadÚnico até  
816 dezembro de 2018 e de contribuir na articulação com outros órgãos e instituições no esforço de  
817 mobilizar gestores e beneficiários, a Comissão levou a consideração da Presidência Ampliada do  
818 CNAS a possibilidade de incluir na pauta da Plenária de julho/2018, a apresentação pelo MDS das  
819 campanhas e ações realizadas e em andamento de articulação e mobilização para a inserção dos  
820 beneficiários do BPC no CadÚnico, com a sugestão de convidar para esse momento os conselhos  
821 nacionais mais diretamente afetos ao público do BPC (CONADE, CONANDA e CNDI); 02) A  
822 Comissão sugere que o CNAS, após a apresentação da campanha do MDS, possa envolver o  
823 CONGEMAS, FONSEAS, MEC, Conselho Nacional de Saúde e outros conselhos de defesa e  
824 garantia de direitos (Mulheres, Direitos Humanos e entre outros), bem como o Comitê Brasileiro de  
825 Organizações Representativa das Pessoas com Deficiência, fóruns de usuários e fóruns de  
826 trabalhadores do SUAS, como parceiros para contribuir no esforço de divulgação da campanha; 03)  
827 A Comissão recomenda que o MDS envolva as agências, gerências executivas e superintendências  
828 do INSS para contribuir e divulgar a campanha do MDS de inclusão dos beneficiários do BPC no  
829 CadÚnico; 04) A Comissão recomenda que o CNAS defina estratégias de discussão ampliada sobre

830 o BPC e seus critérios de acesso, respeitando-se a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a  
831 Lei Brasileira de Inclusão – LBI, o Estatuto do Idoso e demais normas vigentes; 05) A Comissão  
832 recomenda que o gestor nacional realize ações em alguns municípios e regiões, tendo em vista o  
833 grande percentual ainda sem inclusão no CadÚnico conforme as planilhas demonstram. Item II)  
834 Continuidade do Monitoramento do Plano de Ação da Comissão. Item III) Esclarecimentos sobre  
835 notícias veiculadas na mídia em relação ao Programa Bolsa Família. Encaminhamento: Esse tema  
836 foi adiado para a próxima reunião, em função do momento de transição passado pelo MDS. Item  
837 IV) Definição da pauta da Comissão Julho/2018: Esclarecimentos sobre as notícias veiculadas na  
838 mídia em relação ao Programa Bolsa Família – Convidado MDS; Discussão “Orientações Técnicas  
839 sobre os Benefícios Eventuais” – Convidada SNAS/MDS. Item V) Outros Assuntos: Orientações  
840 Técnicas dos Benefícios Eventuais. Encaminhamento: A Comissão sugere um novo prazo para que  
841 os integrantes da Comissão e a representação do FONSEAS e do CONGEMAS no CNAS possam  
842 enviar as contribuições ao texto preliminar das Orientações Técnicas dos Benefícios Eventuais, até  
843 do dia 11 de maio, improrrogável. Item VI) Informes. Não havendo nenhuma manifestação, o relato  
844 da Reunião Extraordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
845 Renda foi aprovado por unanimidade. Iniciando o relato da Reunião da Comissão de  
846 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, a Conselheira  
847 Norma Suely de Souza Carvalho expôs os Conselheiros e membros da Secretaria Executiva do  
848 CNAS presentes e arrazouo que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apreciação do  
849 Parecer nº 00077/2018 da CONJUR/MDS/CGU/AGU acerca da natureza jurídica das deliberações  
850 das Conferências Nacionais de Assistência Social. Encaminhamento: O entendimento da Comissão  
851 ao tomar conhecimento do Parecer da CONJUR é que o CNAS tomou por base na elaboração da  
852 Resolução CNAS nº 21/2017, o Regimento da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social e o  
853 Regimento Interno do CNAS, sendo a publicação ocorrida dentro dos padrões de rotina do CNAS.  
854 Desta forma, esta comissão prossegue com o monitoramento das deliberações sem alteração. Item  
855 II) Discussão da metodologia de monitoramento da 10ª e 11ª Conferência Nacional de Assistência  
856 Social. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere a Plenária levantamento dos dados referentes ao  
857 status das deliberações através da ficha de monitoramento das deliberações a ser encaminhada a  
858 SNAS; 02) A Comissão sugere encaminhar aos conselheiros da Comissão de Monitoramento, para  
859 conhecimento, o Caderno de Avaliação e recomendação da IX Conferência Nacional; 03) A  
860 Comissão sugere a elaboração do Caderno de Avaliação e Monitoramento das Deliberações. a)

861 Análise das deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamento: A  
862 Comissão sugere encaminhar para a SNAS a ficha de monitoramento para preenchimento da ficha  
863 das metas do Plano Decenal, considerando as prioridades da 11ª Conferência Nacional de acordo  
864 com os eixos e suas propostas, sendo: Eixo I – Proteção Social Não-Contributiva e o Princípio da  
865 Equidade como Paradigma para a Gestão dos Direitos Socioassistenciais: Meta 01. Garantir a  
866 recomposição do orçamento nacional da Assistência Social para 2018, conforme Resolução do  
867 CNAS nº 12/2017 e o cofinanciamento federal de fundo a fundo regular e automático, ampliando os  
868 recursos orçamentários para os anos subseqüentes, saldando as dívidas junto aos Estados e  
869 municípios dos restos a pagar dos exercícios anteriores e garantir recursos financeiros fundo a fundo  
870 e equipe técnica dentro da NOB-RH para o serviço de Proteção Social Básica e Especial, garantindo  
871 os níveis de proteção (com reconhecimento dos serviços, programas, projetos e benefícios) e novas  
872 expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS, revogando  
873 imediatamente a Emenda Constitucional nº95/2016 que congela o investimento público na área  
874 social com aprovação da PEC nº 383/2017 que destina 1% da receita líquida corrente da União.  
875 Meta 02. Alterar os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC  
876 estabelecendo: a) Aumento de renda per capita para meio salário mínimo; b) Redução da idade do  
877 idoso para 60 anos; c) Não computação do valor do benefício na renda per capita para efeitos de  
878 concessão do BPC a outra pessoa idosa e/ou com deficiência na mesma família; d) Não computação  
879 de benefícios previdenciários de até um salário mínimo no cálculo da renda per capita para  
880 concessão do BPC à pessoa idosa e à pessoa com deficiência; e) Não computação da renda do  
881 curador no cálculo da renda do curatelado para fins de acesso; f) Ampliação em 25% no valor do  
882 BPC para pessoas que necessitam de cuidador; g) Concessão de 13º parcela anual; h) Incluir as  
883 pessoas com doenças crônico-degenerativas na concessão do Benefício de Prestação Continuada -  
884 BPC; i) garantir a continuidade da vinculação do benefício ao salário mínimo nacional; j) Garantir a  
885 continuidade do modelo de avaliação das pessoas com deficiência baseado na CIF (Classificação  
886 Internacional da Funcionalidade) para o acesso ao BPC; k) Incluir novamente as pessoas com  
887 transtornos mentais graves e doenças raras; l) revogar imediatamente o Decreto Federal nº  
888 8.805/2016 e todas as normativas que ferem os direitos constitucionais sobre as pessoas com  
889 deficiência e idosas. Eixo II – Gestão Democrática e Controle Social: O Lugar da Sociedade Civil  
890 no SUAS: Meta 02. Garantir a valorização dos trabalhadores do SUAS, como promotores do acesso  
891 da população aos direitos socioassistenciais, por meio do cumprimento da NOB-RH SUAS, garantia

892 de equipe, de acordo com a Resolução CNAS nº 17/2011 e nº 09/2014, considerando as demandas  
893 sociais, de território e quantitativo de famílias referenciadas, por meio de concurso público, Plano  
894 de Cargos e Carreiras e melhoria das condições de trabalho, incluindo a implantação de piso salarial  
895 e carga horária efetivando a política de saúde do trabalhador. Meta 03. Fortalecer e incentivar a  
896 Política Nacional de Assistência Social -PNAS através de Conselhos, Fóruns de Usuários e  
897 Trabalhadores nos três níveis de governo como instâncias deliberativas que promovem a  
898 participação e o controle social do SUAS, respeitando e fazendo cumprir suas decisões; garantindo  
899 o mínimo de 10% do IGD - PBF/SUAS para sua manutenção, suporte técnico e qualificação  
900 permanente dos conselheiros, trabalhadores, usuários, gestores, ampliando a divulgação de seus  
901 trabalhos, bem como: a) promover agendas regionais, estaduais e nacional de encontros dos  
902 segmentos envolvidos; b) realizar o monitoramento da aplicação do percentual definido nas  
903 instâncias de controle social. Meta 04. Fortalecer os conselhos de assistência social nos três níveis  
904 de governo, como instâncias deliberativas que possibilitam a participação e o controle social do  
905 SUAS, garantindo a participação e representação dos diferentes segmentos (populações,  
906 comunidades, povos tradicionais, LGBT, população negra, mulheres, população de rua, pessoas  
907 com deficiência, idosos, juventude, ciganos, egressos do Sistema Prisional, bem como todas as  
908 populações atendidas pela política pública de assistência social); respeitando e fazendo cumprir suas  
909 decisões. Destinando recursos para a manutenção, suporte técnico, jurídico e contábil, infraestrutura  
910 e formação permanente e continuada aos conselheiros, bem como, para a implantação, articulação e  
911 mobilização dos comitês locais, frentes de defesa do SUAS e da Seguridade Social dos fóruns de  
912 trabalhadores, de usuários e de organizações de usuários e entidades. Meta 05. Fortalecer a Política  
913 de Assistência Social fomentando a constituição de fóruns de trabalhadores e usuários e  
914 organizações da sociedade civil, bem como sua sustentabilidade a partir da vinculação de recursos  
915 do IGD-SUAS, dentre outras fontes dos três entes federados para que os fóruns, legitimamente  
916 constituídos, possam pautar de modo autônomo suas lutas e ações em defesa do SUAS com  
917 instituição de políticas que combatam o assédio moral contra os trabalhadores e trabalhadoras que  
918 ocupam os espaços de controle social e espaços coletivos de organização política. Eixo III – Acesso  
919 às Seguranças Socioassistenciais e a Articulação entre os Serviços, Benefícios e Transferência de  
920 Renda como Garantia de Direitos Socioassistenciais: Meta 01. Desvincular imediatamente o  
921 Programa Criança Feliz do Ministério de Desenvolvimento Social- MDS e da Política de  
922 Assistência Social, com devolução integral dos recursos orçados para o Fundo Nacional de

923 Assistência Social. Meta 02. Instituir, por meio de normativas conjuntas, Protocolos de Gestão  
924 Integrada entre o SUAS, o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos - SGD,  
925 estabelecendo fluxos e parâmetros formais de encaminhamentos e definição de competências dos  
926 entes e instituições envolvidas, garantindo que as trabalhadoras e trabalhadores da assistência social  
927 sejam designados para trabalharem nas atividades da Política Nacional de Assistência Social-  
928 PNAS. 5. Implantar ações de capacitação continuada que contemplem todos os sistemas e  
929 plataformas do SUAS (CadÚnico, Sistema de Benefícios do Cidadão - SIBEC, Sistema de Gestão  
930 do Programa Bolsa Família- SIGPBF, Prontuário Eletrônico, dentre outros) utilizadas pelos  
931 trabalhadores (técnicos e gestores) do SUAS de forma articulada e integrada, para que haja  
932 efetividade da execução dos serviços, programas e benefícios, para que estes não se deem de forma  
933 fragmentada. Eixo IV – A Legislação como Instrumento para uma Gestão de Compromissos e  
934 Corresponsabilidades dos Entes Federativos para a Garantia dos Direitos Socioassistenciais: Meta  
935 01. O CNAS deve mobilizar-se junto à "Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma  
936 Política", exigindo do Congresso Nacional um referendo, na forma de Constituição, com o objetivo  
937 de revogar a EC 95/2016. Meta 02. Instituição imediata da mesa nacional permanente de  
938 negociação, com realização de concurso público para provimento de todos os postos de trabalho do  
939 SUAS - níveis fundamental, médio e superior – conforme NOB/RH/SUAS e Resoluções CNAS nº  
940 17/2011 e nº 9/2014 criando incentivos para que os estados e municípios também realizem  
941 concursos, com priorização e acréscimo específico de aporte financeiro para os municípios que  
942 assim procederem. Meta 05. Definir o valor de repasse conforme porte dos municípios com  
943 pagamento mensal, através de metas e indicadores, flexibilizando o uso dos recursos, inclusive para  
944 aquisição de bens de capital, ampliações e reformas, tendo em vista que o atual formato de recursos  
945 não está adequado às necessidades dos municípios, assegurando, legalmente, um percentual mínimo  
946 da dotação orçamentária para o cofinanciamento do SUAS, de 15% a nível Federal, de 10% a nível  
947 Estadual e 6% a nível municipal, devendo realizar prestação de contas trimestralmente. Item III)  
948 Elaboração do Plano de Ação da Comissão de Monitoramento. Encaminhamentos: Meta I –  
949 Definição de metodologia para o monitoramento das deliberações – Elaboração do Caderno de  
950 Avaliação do Monitoramento das deliberações; Meta II – Definição de estratégias de incidência  
951 política em defesa do DUAS a partir da análise das deliberações – A partir da devolutiva da SNAS  
952 das fichas de monitoramento do Plano de Ação, a Comissão debaterá a meta. Meta III – Proposta de  
953 considerações/Conclusões para subsidiar o CNAS no planejamento da 12ª Conferência Nacional de



954 Assistência Social – A partir da devolutiva da SNAS das fichas de monitoramento do Plano de  
955 Ação, a Comissão debaterá a meta. A Presidente Maíra Leilane Oliveira Almeida questionou se  
956 existe uma proposta do conteúdo da ficha de monitoramento e a Conselheira Norma Suely de Souza  
957 Carvalho esclareceu que utilizaram a mesma ficha discutida nas demais reuniões, que tratará sobre a  
958 análise de viabilidade da meta, status de execução da meta e a justificativa de status. O Conselheiro  
959 Allan Camello Silva ponderou que a SNAS precisa de um prazo para conseguir articular todas as  
960 metas e a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho esclareceu que a ideia é que a SNAS  
961 apresente apenas se as deliberações da 11ª Conferência Nacional precisam ser articuladas. Não  
962 havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião Ordinária da Comissão de Monitoramento  
963 das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social foi aprovado por unanimidade.  
964 Iniciando o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
965 Social, a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão elencou os Conselheiros, outros  
966 participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e postulou que foram  
967 debatidos os seguintes itens: Item I) Plano de Monitoramento da CAC. Encaminhamento: A análise  
968 do Plano de Ação será apresentando à nova composição da CAC e as metas não realizadas serão  
969 apresentadas como sugestões para a realização futura pelos novos componentes que assumirão a  
970 representação na Comissão. Item II) Continuação das discussões sobre as Reuniões Regionais e  
971 Reuniões Ampliadas e Descentralizadas do CNAS. Encaminhamento: Finalização posterior da  
972 programação da Reunião Descentralizada e Ampliada que ocorrerá em Porto Alegre/RS nos dias 22  
973 e 23 de maio. Nela deverá haver espaço para a síntese do diagnóstico dos temas trabalhados nas  
974 reuniões regionais. Item III) Definição de programação e metodologia do Encontro Nacional do  
975 CONGEMAS, em agosto/2018. Encaminhamento: Considerando o Encontro Nacional do  
976 CONGEMAS ocorrerá na vigência da nova composição da CAC e que o público do CONGEMAS  
977 se difere dos que participaram das reuniões regionais e da Reunião Descentralizada e Ampliada do  
978 CNAS, sugere-se que seja tratado o mesmo conteúdo das Reuniões Regionais e da Reunião  
979 Descentralizada e Ampliada do CNAS. Item IV) Apresentação sobre educação permanente no  
980 SUAS e a implantação dos Núcleos Estaduais de Educação Permanentes. Encaminhamentos: 01) A  
981 área de gestão do trabalho do DGSUAS enviará ao CNAS o balanço mais refinado sobre os Núcleos  
982 Estaduais de Educação Permanente após o Encontro Nacional da Gestão do Trabalho; 02) A CAC  
983 fará comunicado aos CEAS sobre a importância dos Núcleos Estaduais de Educação Permanente. A  
984 Presidente Maíra Leilane Oliveira Almeida questionou qual foi a definição para a programação das

985 oficinas das Reuniões Regionais do CNAS e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque  
986 Maranhão relatou que a Comissão se reuniu às 13h30 e realizou a distribuição dos itens, explicando  
987 que a apresentação ainda será padronizada e finalizada posteriormente. O Conselheiro Allan  
988 Camello Silva informou que o Encontro Nacional do CONGEMAS será realizado nos dias 30 e 31  
989 de julho e 1º de agosto. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião Ordinária da  
990 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social foi aprovado por unanimidade.  
991 Prosseguindo para o relato da Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos  
992 e da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no dia 10 de abril, a  
993 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão elencou os Conselheiros, convidados e  
994 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e informou que foi debate o seguinte item de  
995 pauta: Item I) Apresentação do Plano de Ação referente às recomendações do Tribunal de contas da  
996 União – TCU sobre o Acórdão TCU nº 2,404/2017. Encaminhamentos: 01) As Comissões sugerem  
997 que a SNAS deverá encaminhar para o CNAS o detalhamento do Plano de Ação apresentando em  
998 resposta ao Acórdão do TCU 2.404/2017 (ao TCU seguirá versão resumida); 02) As Comissões  
999 sugerem que haja o fortalecimento do diálogo do MDS com o CNAS e do MDS com os CEAS nas  
1000 Reuniões Trimestrais do CNAS. O Conselheiro Allan Camello Silva solicitou a retirada do trecho  
1001 mencionado que ao TCU seguirá versão resumida do Plano de Ação e não havendo mais nenhuma  
1002 consideração, o relato da Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e da  
1003 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social foi aprovada por unanimidade.  
1004 **ENCERRAMENTO 12/04/2018:** A Presidente Máira Leilane Oliveira Almeida agradeceu todas as  
1005 manifestações e encerrou a 263ª Reunião Ordinária do CNAS.

1006

1007